



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO: ADMINISTRAÇÃO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA**

**ANÁLISE FINANCEIRA NO BALANÇO PATRIMONIAL
DA COOPERATIVA DA REGIÃO DO PIRATINGA LTDA -
COOPERTINGA**

VIVIANE COSSUL
MATRÍCULA nº 2040098/8

PROFESSOR ORIENTADOR: LUIS ANTONIO PASQUETTI

Brasília/DF – Junho de 2007

VIVIANE COSSUL

**ANÁLISE FINANCEIRA NO BALANÇO PATRIMONIAL
DA COOPERATIVA DA REGIÃO DO PIRATINGA LTDA -
COOPERTINGA**

Monografia apresentada à banca do curso de graduação do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Administração, sob a orientação do Prof. Luis Antonio Pasquetti.

Brasília/DF – Junho de 2007

VIVIANE COSSUL

ANÁLISE FINANCEIRA NO BALANÇO PATRIMONIAL DA COOPERATIVA
DA REGIÃO DO PIRATINGA LTDA - COOPERTINGA

Monografia apresentada à banca do curso de graduação do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Administração, sob a orientação do Prof. Luis Antonio Pasquetti.

Brasília, 05 de junho de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luis Antonio Pasquetti
Orientador

Prof. José Antônio Rodrigues
Examinador

Prof.^a Mariângela Abrão
Examinadora

Agradecimentos

Aos professores José Antônio Rodrigues do Nascimento e Luis Antonio Pasquetti por toda compreensão, conhecimentos e ensinamentos a mim repassados.

Aos meus pais, Irineu e Iraci Cossul por todas as oportunidades oferecidas e pela confiança em mim depositada.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi fazer uma análise da situação funcional de uma cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que buscam atingir objetivos em comum, por meio de ferramentas administrativo-financeiras, de modo a sugerir meios de maximizar os lucros. Para tanto, buscou-se fundamentar a análise do balanço patrimonial através de teorias que correspondessem a sua finalidade. O pressuposto que serviu de motivação foi à necessidade de estar se adequando as variações constantes na política econômica e mostrar a importância da administração financeira para gerenciar o capital por meio de atividades que criam valor, como o investimento, financiamento e gerenciamento da liquidez da empresa, além da obtenção e captação de recursos. Um vez que as atividades agroindustriais, na maioria das vezes, são desenvolvidas diante de recursos insuficientes como a terra, o trabalho e o capital. Faz-se necessário que os gestores de agronegócios procurem as melhores alternativas de utilização, tecnicamente recomendáveis e economicamente viáveis. Os dados analisados demonstram do ponto de vista cooperativista a empresa está bem, e, no entanto, do ponto de vista financeiro nota-se uma dificuldade, uma vez que as sobras são pequenas, dificulta a expansão e o investimento da Cooperativa.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 07 |
| 2. Embasamento Teórico | 09 |
| 2.2 Histórico da Administração Financeira e o Papel do Gestor..... | 09 |
| 2.3 Administração Financeira em Empresas Agroindustriais..... | 10 |
| 2.4 História do Cooperativismo..... | 11 |
| 2.5 Conceitos Contábeis..... | 12 |
| 2.6 Análise Vertical e Horizontal..... | 14 |
| 2.7 Análise de Liquidez..... | 15 |
| 2.7.1.1 Índice de Liquidez Corrente..... | 15 |
| 2.7.1.2 Índice de Liquidez Seca..... | 15 |
| 2.8 Análise do Endividamento..... | 18 |
| 2.8.1.1 Índice de Endividamento Geral..... | 16 |
| 2.8.1.2 Índice Exigível a Longo Prazo – Patrimônio Líquido..... | 16 |
| 2.9 Análise de Lucratividade..... | 16 |
| 2.9.1.1 Margem Bruta..... | 17 |
| 2.9.1.2 Margem Operacional..... | 17 |
| 2.9.1.3 Margem Líquida..... | 17 |
| 2.9.1.4 Taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROA)..... | 17 |
| 2.9.1.5 Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)..... | 17 |
| 2.10 Metodologia..... | 18 |
| 3. Análise Financeira da Coopertinga | 19 |
| 3.2 Histórico..... | 19 |
| 3.3 Análise do Ativo..... | 20 |
| 3.4 Análise do Passivo..... | 26 |
| 3.5 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício..... | 30 |
| 4. Considerações Finais | 36 |
| 5. Referências | 38 |
| Apêndices | |
| APÊNDICE A – Balanço Patrimonial 2003 a 2006..... | 40 |
| APÊNDICE B – Índices de Liquidez, Endividamento e Lucratividade..... | 44 |
| APÊNDICE C – Notas explicativas que Integram as Demonstrações Contábeis.. | 46 |
| APÊNDICE D – Ranking de Entrega de Produtos pelos Associados..... | 48 |

1 INTRODUÇÃO

Até o início da década de 80, a agroempresa sobrevivia na dependência de subsídios, preços mínimos favoráveis e menor competitividade do mercado de seus produtos. Não havia a necessidade de ser eficiente e eficaz para obter bons resultados econômicos. Nos anos 2000, os empregadores da produção de alimentos estão enfrentando fortes mudanças em termos de competitividade. O sucesso depende cada vez mais de um bom gerenciamento.

O agronegócio precisa ser diferenciado dos demais segmentos, procurando uma lucratividade máxima sobre o faturamento para compensar prejuízos ocorridos por fatores fora do controle dos empresários (fatores climáticos, por exemplo). Somente com alta produtividade dos fatores de produção será viável alcançar a máxima rentabilidade. Isso depende do nível alcançado pela gestão da empresa.

Antes de citar o tema desta monografia, é importante conhecer o que é uma empresa rural. Sendo assim, é uma empresa cuja unidade de produção das atividades exercidas diz respeito a culturas agrícolas, criação do gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda.

O agronegócio foi enunciado como sendo a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

O objetivo desta monografia foi analisar o balanço patrimonial de uma cooperativa inserida no contexto do agronegócio. Como objetivos específicos, (a) analisar a participação percentual de cada item das demonstrações financeiras em relação à somática do grupo que pertencem e (b) desenvolver uma análise da evolução financeira do período de 2003 a 2006.

Assim os estudos desta monografia buscaram o levantamento de informações e análise em relação ao grau de dependência das receitas, liquidez e lucratividade desta empresa rural, de forma que a questão central foi: Como as ferramentas da Administração Financeira podem ser usadas para a análise e otimização de resultados econômicos de uma organização? Para buscar respostas a

esse problema foi feito um estudo realizado na sede da Cooperativa da Região do Piratinga LTDA - Formoso/MG.

A região noroeste destaca-se pela produção agropecuária, apresentando resultados expressivos em alguns produtos e sendo responsável por boa parte da produção do Estado. Através do agronegócio se geram rendas e o setor emprega aproximadamente 55% da população economicamente ativa. Uma vez que o ano de 2005 apresentou os piores resultados para o agronegócio brasileiro nos últimos seis anos, segundo uma análise feita pela área econômica da CNA, e a agricultura foi o segmento que registrou as maiores perdas, ocasionando a queda do PIB da atividade agrícola numa ordem de 15,46%, a importância deste estudo é justificada pelo fato da Coopertinga ser considerada uma grande produtora e, no entanto, esse cenário adverso da economia tem refletido nos números da cooperativa. E esse retrocesso é inconveniente se for levado em conta à repercussão no plano social, em relação a empregos e à promoção do ser humano.

Nesta monografia utilizou-se a metodologia de uma análise do quadro financeiro com a proposta de indicar as contas que geram maior receita e as que geram maiores despesas, assim como o grau de participação de cada uma no balanço patrimonial, para em seguida apontar medidas de solução para retenção de recursos financeiros.

Foi realizado um estudo de caso de uma empresa voltada para as atividades agrícolas. A pesquisa é de natureza aplicada por objetivar gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos de planejamento e gestão econômica. Buscou-se trabalhar com a interpretação dos fenômenos ocorridos nas decisões de investimentos e financiamentos e a análise do ambiente interno da empresa e da sua gestão econômica.

Para a realização desta pesquisa utilizou-se de dados primários coletados junto ao departamento financeiro e dados secundários coletados por meio de pesquisa bibliográfica, estudo de caso.

Esta monografia está subdividida em três partes. Na primeira, encontra-se o embasamento teórico, na segunda é feita a análise do balanço patrimonial e na última serão apresentadas as considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Este capítulo desenvolve um breve histórico da Gestão Financeira e o respectivo papel dos profissionais que atuam nesta área. Em seguida mostra como é aplicada em empresas agroindustriais e conta um pouco sobre a história do cooperativismo e o que é uma empresa cooperativa. Após apresenta-se a descrição dos conceitos contábeis utilizados no desenvolvimento do estudo. E os conceitos da administração financeira, como análise vertical e horizontal, de liquidez, de endividamento e de lucratividade.

2.2 Histórico da Administração Financeira e o Papel do Gestor

Sua importância vem crescendo a partir da depressão ocorrida em 1930, quando a ênfase estava nas falências e reorganizações, liquidez empresarial e regulação dos mercados de títulos. Nas décadas de 40 e 50 era mais analisada sob perspectiva de alguém de fora do que pela própria administração.

Na década de 60, os objetivos da administração financeira passaram a ser as decisões administrativas ligadas à escolha de ativos e passivos para maximizar o valor das empresas. Já na década de 80 esta análise foi expandida para incluir os efeitos da inflação sobre as decisões empresariais, desregulamentando as instituições financeiras com tendências a diversificar os serviços prestados, aumentando a utilização de computadores para análise e transferências eletrônicas de informações e dando maior ênfase às operações empresariais no mercado global. As tendências mais importantes da década de 90 provavelmente foram à contínua globalização das empresas e o largo emprego da tecnologia de informação. (WESTON & BRIGHAM, 2000, p.6)

Weston & Brigham (2000) ainda afirmam que se torna cada vez mais importante a análise e a tomada de decisões do responsável pela área financeira num mercado globalizado, extremamente competitivo, onde as informações são disponibilizadas dinamicamente, e os recursos devem ser obtidos e utilizados de uma forma que maximize o valor de suas empresas.

Essa análise é confirmada quando Gitman (2002, p.04) caracteriza a administração financeira como sendo uma atividade que diz respeito às

responsabilidades de um administrador financeiro numa empresa, pois é por meio dela que se torna possível traçar objetivos mais precisos e com um menor comprometimento dos fundos da organização, indicando onde a empresa pode investir, como reter recursos financeiros e como controlar as atividades monetárias. Sendo assim pode-se considerar que a administração financeira gerencia o capital e lida com as obrigações do administrador financeiro na empresa de negócios, desempenhando o importante papel de orientar as decisões dos gestores nas organizações.

O papel de um administrador financeiro é gerenciar ativamente as questões financeiras de qualquer tipo de negócio, seja ele público ou privado, grande ou pequeno com ou sem fim lucrativo, criando valor nas atividades de investimento, financiamento e gerenciamento da liquidez da empresa e obtendo uma maior captação de recursos do que a de consumo.

2.3 Administração Financeira em Empresas Agroindustriais

A administração em empresas agroindustriais é muito ampla, que envolve um número muito grande de atividades ligadas ao setor. Os empresários desta área são aqueles que exploram de maneira intensiva os recursos disponíveis na terra, e que investem em tecnologia e controle de informação, levando o negócio de uma maneira empresarial e obtendo, assim, maior rentabilidade. E tratando-se de empresas, sejam elas rurais ou não, os administradores devem se preocupar com a função social da terra e com a função ecológica do meio ambiente (ANTONIALLI, 2001, p.5).

De maneira geral, o empresário agroindustrial visa atingir objetivos previamente determinados que possam ser de sobrevivência, crescimento, prestígio e lucro.

Antonialli (2001) afirma que a sobrevivência surge como objetivo nos momentos de crise, ou seja, quando o empresário luta para manter-se na atividade na esperança da situação melhorar. Os gestores empresariais buscam a maximização dos lucros e a conquista de retornos financeiros compensadores do capital investido em seus empreendimentos agroindustriais.

Diante do exposto, as atividades agroindustriais são conduzidas dentro de um contexto em que, geralmente, os recursos são escassos (terra, trabalho e capital). Esse fato faz com que os empresários que atuam nestas empresas rurais procurem escolher adequadamente as alternativas de utilização que sejam tecnicamente recomendáveis e economicamente viáveis.

2.4 História do Cooperativismo

O cooperativismo surgiu na Inglaterra em 1844 por meio de 28 tecelões que fundaram uma sociedade com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tendo o homem como principal finalidade o homem, e não o lucro, os tecelões buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças e do desemprego crescente advindo da revolução industrial. O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos (SESCOOP/SP, 2007).

A valorização da união entre as cooperativas existe desde o seu surgimento, e hoje elas estão organizadas internacionalmente. A entidade que coordena esse movimento nos cinco continentes é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Criada em 1895 e atualmente sediada em Genebra, Suíça, essa associação não-governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações, objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

Em 1946, por meio de um movimento cooperativista, a ACI foi uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho da ONU – Organização das Nações Unidas.

A representação de todo o sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), constituída no dia 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. E em 1997 foi eleito

para presidente da ACI o primeiro brasileiro, produtor agrícola e professor - Roberto Rodrigues. (SESCOOP/SP, 2007)

Cooperativa é definida como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. É uma organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários.

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

No segmento agropecuário os primeiros modelos foram criados no Brasil, em Minas Gerais, a partir de 1907. Os colonos europeus influenciaram decisivamente a opção por esse tipo de organização social, principalmente no sul do país. É o segmento mais forte do cooperativismo brasileiro, responsável pela organização da produção agropecuária, possibilitando uma inserção eficiente nos mercados. Atua ao longo das cadeias produtivas e possibilita a compra em comum de insumos (adubos, agroquímicos, máquinas agrícolas) e a venda da produção dos cooperados. Presta serviços de assistência técnica, armazenamento, industrialização, comercialização, assistência social e educacional (COOPERTINGA, 2007).

2.5 Conceitos Contábeis

É através do histórico da empresa que se analisa sua capacidade de investimentos. É feita uma análise da situação econômico-financeira, ou seja, um estudo do patrimônio líquido juntamente com a sua evolução, as fontes de recursos, a rentabilidade, o lucro e o prejuízo em um determinado processo estático da organização. Essa análise permite verificar as disponibilidades existentes e que são capazes de liquidar os compromissos da empresa, sejam pagamentos a curto prazo

ou não. Analisa-se a sua real capacidade de pagamentos, o ciclo financeiro e a sua efetiva necessidade de capital de giro.

A elaboração do planejamento financeiro e a tomada de decisões são impulsionadas pela análise do Balanço Patrimonial, seja por meio dos fluxos de caixa ou pela demonstração de resultado do exercício de cada período social da empresa.

Gitman (2002, p.40) destaca a importância do fluxo de caixa para a tomada de decisão:

A ênfase nos fluxos de caixa consiste em desenvolver e prover dados para mensurar a performance da empresa, avaliando sua posição financeira para o pagamento de impostos. A ênfase na tomada de decisões, consiste em coletar e apresentar dados financeiros que permitam ao administrador financeiro optar pela melhor alternativa que possa maximizar a riqueza da empresa e dos acionistas.

O balanço patrimonial representa as fontes e aplicações da empresa em um determinado instante, evidenciando assim, a liquidez da empresa e a proporção do capital próprio.

O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio da qual podemos apurar (atestar) a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade. (IUDÍCIBUS, 1998, p.29)

Juntamente com o balanço patrimonial que é elaborado a demonstração do resultado do exercício, relatório do qual se tem condições de mensurar o resultado líquido de um determinado período de tempo, seja ele os lucros ou prejuízos acumulados pela organização em análise.

Para Iudícibus (1998) o ativo envolve os bens e direitos da empresa, ou seja, são recursos cujo direito ela possui, e que lhe podem fornecer benefícios econômicos futuros, tendo a capacidade de gerar entradas ou reduzir saídas futuras de caixa. É importante destacar três grupos pertencentes ao ativo. O primeiro deles é o Circulante, representado pelas disponibilidades (caixa, bancos com movimento, aplicações com liquidez imediata), pelos direitos realizáveis durante o próximo exercício social (duplicatas e títulos a receber, estoques) e pelas aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte. O ativo circulante a empresa pode converter em caixa, vender ou consumir durante o seu ciclo operacional. O segundo

grupo de é o Ativo Realizável a Longo Prazo composto de bens e direitos a serem realizados após o término do exercício em questão, também representado por contas a receber, empréstimos, entre outros. E o terceiro grupo é do Ativo Permanente que está subdividido em Investimentos e Imobilizado. Investimentos são contas representativas de bens e direitos por participações em outras sociedades, ou seja, títulos investidos em empresas cujos ativos e passivos não foram consolidados com os da empresa em questão. E o ativo imobilizado corresponde às contas de itens adquiridos sem qualquer intenção de revenda, como imóveis, veículos, móveis e utensílios, marcas e patentes, depreciação.

Do contrário, passivo corresponde às obrigações a pagar, ou seja, as quantias que a empresa deve a terceiros. Ludícibus (1998) classifica o passivo em circulante, que são as contas que vencem no exercício social seguinte, ou seja, do domínio da sociedade, como por exemplo, os fornecedores, os salários e encargos a pagar, impostos e contribuições a recolher, conta-corrente de associados e terceiros, empréstimos. E o passivo exigível a longo prazo, caracterizado pelas obrigações com vencimento após o exercício social seguinte como os financiamentos, encargos financeiros a pagar e retenções contratuais.

O patrimônio líquido é representado pelos investimentos efetuados em prol de ações, quotas e outras participações, e, os lucros acumulados na organização como fonte de financiamento. Estes indicam, respectivamente, os tipos e as proporções do endividamento e dos investimentos da empresa.

Dessa forma, pode-se dizer que cabe à administração decidir questões do tipo: deixar em caixa ou investir, vender a vista ou vender a prazo, alugar ou comprar, e assim por diante.

2.6 Análise Vertical e Horizontal

Segundo Ludícibus (1998) trata-se de uma análise que mostra a participação percentual de cada item das demonstrações financeiras em relação à somática de um grupo, a análise da evolução entre mais de um exercício financeiro e índices padrão, produzidos por uma quantidade de empresas relativa aos ramos de atividade, tamanho e região.

A análise vertical mostra a participação percentual de cada um dos itens das demonstrações financeiras em relação ao total do grupo em que estão inseridos, permitindo verificar qual o que mais contribui para a formação do todo da análise. A análise permite saber, por exemplo, quais as contas mais significativas do passivo, do ativo, do lucro líquido em relação à receita total.

A análise horizontal permite medir a evolução dos itens que compõem o balanço com a base em dois ou mais exercícios financeiros a fim de proceder à análise da sua tendência, ou seja, consiste em verificar a evolução dos elementos patrimoniais durante um determinado período, possibilitando uma comparação entre os valores de uma mesma conta em diferentes exercícios sociais.

A seguir decorrem os conceitos relacionados a liquidez, o endividamento e a lucratividade que tiveram como referência o autor Gitman (2002). As fórmulas para calcular cada um dos índices podem ser observadas juntamente com os quadros referentes a cada uma das análises feitas (APÊNDICE B).

2.7 Análise de Liquidez

A análise de liquidez é feita com o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento das exigibilidades. O autor afirma como sendo a capacidade que uma empresa tem em satisfazer suas obrigações a curto prazo, ou seja, relacionar os bens e direitos com as obrigações da empresa.

2.7.1.1 Índice de Liquidez Corrente

Reflete a capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo através de bens e crédito circulantes. Para mensurar esta capacidade divide-se o passivo circulante pelo ativo circulante, e se o índice for superior a 1,0 (um) indica que o capital circulante líquido é positivo. No entanto, se o índice de liquidez corrente for inferior a 1,0 (um) indicará dificuldades no pagamento das dívidas a curto prazo.

2.7.1.2 Índice de Liquidez Seca

Tem como objetivo a avaliação da capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo assim como o índice de liquidez corrente, com a diferença de que não se

leva em consideração os estoques do ativo circulante, uma vez que são considerados os de menor liquidez.

2.8 Análise do Endividamento

Antes de abordar as formas de se medir o índice de endividamento, torna-se importante conceituar alavancagem financeira - ampliação do risco e do retorno ocasionada pelo uso de financiamentos a custos fixos. A situação do endividamento de uma empresa é avaliado tanto pelo seu grau de endividamento como pela sua capacidade de pagar dívidas. Esta análise indica a quantidade de recursos de terceiros que estão sendo utilizados na tentativa de gerar lucros e pode ser mensurado através do grau de endividamento, ou seja, o montante da dívida em relação a outras grandezas do balanço patrimonial. A seguir serão apresentadas duas destas.

2.8.1.1 Índice de Endividamento Geral

"O índice de endividamento geral mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores." (GITMAN, 2002 p. 117). De forma geral, quanto maior for este índice, maior será o montante de capital de terceiros, que vem sendo utilizado para gerar lucros, ou ainda, maior será a alavancagem financeira da empresa.

2.8.1.2 Índice Exigível a Longo Prazo – Patrimônio Líquido

Tem como objetivo indicar a relação entre os recursos de longo prazo fornecidos por credores e os recursos fornecidos pelos próprios proprietários da empresa. É representado pelas contas do exigível a longo prazo dividido pelo patrimônio líquido.

2.9 Análise de Lucratividade

A rentabilidade de uma empresa pode ser avaliada de várias formas, cada qual relacionada a um tipo de retorno da empresa, por exemplo, às vendas, aos seus ativos, ao seu patrimônio líquido, ou ao valor das suas ações. Como um todo, "essas medidas permitem a quem analisa, avaliar os lucros da empresa em confronto com

um dado nível de vendas, um certo nível de ativos, o investimento dos proprietários, ou o valor da ação." (GITMAN, 2002 p. 120).

2.9.1.1 Margem Bruta

“A margem bruta mede a porcentagem de cada unidade monetária de venda que restou após a empresa ter pago seus produtos. Quanto mais alta a margem bruta, tanto melhor, e menor o custo relativo dos produtos vendidos.” (GITMAN, 2002 p.121)

2.9.1.2 Margem Operacional

Este índice mede o que o lucro operacional puro obtido em cada unidade monetária de venda, ignorando quaisquer despesas financeiras ou obrigações (juros ou impostos de renda) e considerando somente os lucros auferidos pela empresa em suas operações.

2.9.1.3 Margem Líquida

O índice em questão tem por objetivo estabelecer a relação existente entre o montante que a empresa obtém de lucro para cada unidade monetária vendida, após todas as deduções. Por isso, quanto maior o valor aferido, mais elevado terá sido o lucro líquido da organização.

2.9.1.4 Taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROA)

A rentabilidade do ativo total (ROA) mensura a eficiência global da empresa na geração de lucros com seus ativos disponíveis. Determina o percentual de lucro sobre o investimento total.

2.9.1.5 Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

A rentabilidade do patrimônio líquido (ROE) mensura a lucratividade do capital próprio investido na organização. Isto é, determina quanto a empresa obteve de retorno sobre o investimento dos proprietários da empresa.

Com base nas teorias abordadas neste embasamento teórico, o capítulo seguinte apresenta a análise do balanço patrimonial da empresa.

2.10 Metodologia

Através de uma pesquisa exploratória desenvolvida na Coopertinga buscou-se os dados financeiros dos últimos quatro anos da organização, assim como informações relevantes que esclarecerem algumas das contas pertinentes ao agronegócio e que estão inseridas no balanço patrimonial. A partir destas informações o estudo foi direcionado para uma análise na saúde econômica da empresa.

Foi um estudo de natureza aplicada por objetivar gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos de planejamento e gestão econômica. O problema pode ser classificado de natureza qualitativa, pois buscou trabalhar com a análise e a interpretação do quadro financeiro com a proposta de indicar as contas que geram maior receita e as que geram maiores despesas, assim como o grau de participação de cada uma no balanço patrimonial, para em seguida apontar medidas de solução para retenção de recursos financeiros.

Para isso, utilizou-se de dados primários e secundários, sendo que os dados primários foram coletados junto ao departamento financeiro da cooperativa, e os secundários foram coletados através de pesquisa bibliográfica.

É importante destacar que foi realizado o estudo de caso de uma empresa voltada para as atividades agrícolas, buscando trabalhar com a interpretação dos fenômenos ocorridos nas decisões de investimentos e financiamentos e a análise do ambiente interno da empresa e da sua gestão econômica.

ANÁLISE FINANCEIRA DA COOPERATIVA

3.2 Histórico

A Cooperativa da Região do Piratinga LTDA foi fundada em setembro de 1990 por 33 produtores, integrantes do Projeto Piratinga implantado em 1988. Foi fundada a partir de financiamento dos recursos do PROCEDER, um programa conjunto dos governos japonês e brasileiro que representou a abertura de uma nova fronteira agrícola para desenvolvimento do cerrado brasileiro. O PROCEDER teve um significado importante, do ponto de vista do aumento da produção de alimentos e da promoção sustentável do desenvolvimento regional tendo contribuído efetivamente com o aumento da oferta mundial de alimentos tornando-se o grande indutor na criação de pólos de desenvolvimento em diversas regiões do Brasil.

É uma cooperativa agropecuária cujo ramo de atividade é a comercialização de cereais (soja, milho, sorgo e feijão), insumos agrícolas, combustíveis e serviços de armazenagem e beneficiamento. É formada pelo conjunto de 53 lotes do PRODECER (área de 21.823,00 ha.), 58 associados ativos e 59 funcionários. Possui uma capacidade estática de armazenagem de produtos a granel de 39.000 toneladas, 6.900 toneladas de produto ensacado e 75.000 litros de produto líquido (TRR).

O Projeto Piratinga envolve 165 famílias, gera 300 empregos diretos e 950 empregos indiretos. Possui uma escola de 1º grau, e m convênio com a Prefeitura Municipal do Formoso, com 312 alunos e uma equipe de 14 adolescentes.

A partir de sua implantação procurou se ajustar aos diversos Planos Econômicos e isto fez com que buscasse a sua autogestão, onde os destinos da Coopertinga e de seus associados passaram a ser discutidos previamente em reuniões mensais e, a partir desse momento, as decisões são tomadas via Conselho de Administração ou Diretoria Executiva. Essa prática adotada faz com que o associado saiba de tudo o que acontece na empresa, seus planos, suas metas e sua política econômico-financeira.

A Cooperativa obteve aprovação do seu projeto junto ao RECOOP, programa esse implementado pelo Governo Federal para reestruturação do Cooperativismo

Agropecuário Brasileiro e também para fortalecimento do setor, objetivando adaptar-se as questões de competitividade e de abertura da economia. Foi uma das primeiras cooperativas de Minas Gerais a ter seu Projeto analisado e integralmente aprovado pelo Comitê Executivo demonstrando viabilidade e força econômica no noroeste mineiro.

3.3 Análise do Ativo

A seguir apresenta-se a análise horizontal e vertical em cima das contas do ativo da Coopertinga, mas antes de iniciar é importante ressaltar algumas das contas que compõem o ativo desta empresa específica e o que cada uma significa no seu quadro contábil.

Primeiramente deve-se lembrar que a diferença entre as contas a receber do ativo circulante e para o realizável a longo prazo é apenas o período de tempo em que cada uma ocorre. Num a empresa terá os valores convertidos em caixa durante o ciclo operacional, noutro somente após o término do exercício em questão.

As disponibilidades são representadas pelo caixa, bancos com movimento e aplicações de liquidez imediata.

Os devedores por funcionamento que poderiam ser subdivididos em três categorias, associados, terceiros (outros produtores rurais da região) e clientes (externos a região que muitas vezes são empresas, como Bungue e Multigrain). As Cédulas de Produtor Rural (C.P.R.) a receber são originadas da compra de insumos agrícolas vinculadas à produção. Já as Notas Promissórias Rurais (N.P.R) são originadas da compra de insumos garantidos simplesmente pelas notas promissórias, ou seja, não precisam da produção como garantia de pagamento. Todas essas contas poderiam estar inseridas na conta movimento. Constitui o ativo outras contas que podem ser identificadas no apêndice A.

Os devedores por financiamento são representados, basicamente, pelas Notas de Crédito Rural (NCR) a receber, tanto por financiamentos feitos pela própria cooperativa, como em bancos. E por fim as receitas oriundas de bens de venda e/ou formação, ou seja, estoques de insumos, produtos, combustíveis, entre outros.

| ATIVO | 2006 | Índice | 2005 | Índice | 2004 | Índice | 2003 |
|---------------------------------|----------------------|----------------|----------------------|---------------|----------------------|----------------|----------------------|
| CIRCULANTE | 30.766.451,19 | 4,66% | 29.395.221,86 | -3,94% | 30.600.894,12 | 25,69% | 24.346.721,56 |
| DISPONIBILIDADES | 2.143.320,65 | -8,35% | 2.338.663,06 | -14,19% | 2.725.517,12 | 16,54% | 2.338.663,06 |
| DEVEDORES POR FUNCIONAMENTO | 11.429.504,34 | 6,29% | 10.753.628,40 | -9,73% | 11.912.654,23 | 66,35% | 7.161.287,55 |
| DEVEDORES POR FINANCIAMENTO | 15.542.724,43 | 7,21% | 14.497.514,89 | 9,56% | 13.232.101,79 | 8,23% | 12.225.443,18 |
| BENS DE VENDA E/OU FORMAÇÃO | 1.474.000,99 | -30,60% | 2.123.945,58 | -21,97% | 2.722.077,56 | 4,28% | 2.610.463,89 |
| PARTICIPAÇÕES EM CONSORCIOS | 86.073,68 | 100% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 90.827,10 | 997,76% | 8.273,88 | -3,15 | 8.543,42 | -21,56% | 10.863,88 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 944.592,11 | -30,62% | 1.401.806,36 | 87,35% | 748.217,51 | -36,28% | 1.174.136,47 |
| DEVEDORES POR FUNCIONAMENTO | 944.592,11 | -30,84% | 1.365.794,97 | 230,14% | 413.703,20 | -27,48 | 570.439,48 |
| DEVEDORES POR FINANCIAMENTO | 0,00 | -100% | 36.011,39 | -89,23% | 334.514,31 | -44,59% | 603.696,99 |
| PERMANENTE | 5.762.477,32 | 13,14% | 5.093.271,51 | 6,88% | 4.765.597,57 | 0,79% | 4.728.137,66 |
| INVESTIMENTOS | 35.553,31 | 82,38% | 19.493,55 | 5,41% | 18.493,55 | 0% | 18.493,55 |
| IMOBILIZADO | 12.997.156,95 | 9,62% | 11.856.915,49 | 6,86% | 11.096.097,72 | 2,86% | 10.787.564,39 |
| (-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS | 7.270.232,94 | 7,18% | 6.783.137,53 | 6,84% | 6.348.993,70 | 4,46% | 6.077.920,28 |
| TOTAL DO ATIVO | 37.473.520,62 | 4,41% | 35.890.299,73 | -0,62% | 36.114.709,20 | 19,39% | 30.248.995,69 |

Quadro nº1. – Análise Horizontal do Ativo de 2003 a 2006.

FONTE: Elaborado pela aluna Viviane Cossul. Curso de Administração – UniCEUB.

Adaptado do Balanço Patrimonial da Coopertinga.

Com base na análise horizontal pode-se observar que investimento no ativo circulante de 2003/2004 teve um avanço de 25,69%, ou seja, as receitas da Cooperativa aumentaram. Esse índice pode ser explicado principalmente pelo aumento de 66,35% nas receitas enquadradas em devedores por funcionamento, além das disponibilidades, que subiram 16,54%, as contas a receber de devedores por financiamento e bens de venda e/ou formação tiveram seu percentual elevado em 8,23% e 4,28%, respectivamente.

Outra justificativa para esse avanço foi o fato do ano de 2004 ter sido marcado como o ano de maior safra e com um recebimento recorde numa ordem de 80.368,02 toneladas de grãos. Por consequência houve o recebimento de contas dos associados e terceiros durante o ciclo operacional, ocasionando uma queda de 36,28% nas contas a receber após o término do exercício, ou seja, do realizável a longo prazo.

Na relação 2003/2004, a situação líquida do ativo permanente seu percentual elevado em 0,79%. Os investimentos se mantiveram, e o imobilizado teve um aumento de 2,86% ocasionado pela aquisição de terrenos e por obras iniciadas na construção e ampliação de um armazém graneleiro. Contudo, os prédios e benfeitorias, veículos, equipamentos, instalações, implementos e máquinas agrícolas teve um percentual de 4,46% de depreciação.

Visto que as quedas indicadas pelas taxas do ativo realizável a longo prazo são sinônimos de maior quantidade de recursos financeiros a disposição da empresa e um menor endividamento dos devedores, o aumento considerável observado no ativo circulante e no permanente tornam-se responsáveis pelos 19,38% de crescimento no total do ativo.

Na relação 2004/2005, nota-se houve um desinvestimento no ativo circulante, pois quase todos os índices diminuíram. Com exceção das NCR por financiamento, que obtiveram um acréscimo de 9,56%, ou seja, houve um aumento de recursos financeiros a receber na mão dos produtores. E ao analisar a relação de grãos entregados (APÊNDICE D - Ranking de entrega de Produtos pelos Associados) observamos que houve uma diminuição de quase seis mil toneladas de produtos entregados por associados. Isso significa que a queda dos índices ocorreu e função

dos fatores econômicos registrados em 2005, como a redução nos preços dos produtos, decorrente da desvalorização cambial e da política de juros altos que afeta a atividade como um todo, assim como uma quebra de safra.

De um modo geral, os percentuais do ativo realizável a longo prazo apontam um grande aumento de contas a receber no próximo exercício. Os devedores por funcionamento chegaram a registrar uma alíquota de 230,84%, sendo assim, pode-se sopesar que o balanço patrimonial encerrado em dezembro de 2005, indicou que o grau de endividamento entre os produtores e a Coopertinga aumentou em relação ao ano anterior.

Quanto ao ativo permanente de 2005, teve-se um aumento de 6,88% se comparado com o de 2004. Os investimentos tiveram um equivalente de 5,41% de aumento em capital integralizado e o imobilizado atingiu 6,86%, pois foram concluídas as obras iniciadas em 2004. O índice das depreciações acumuladas sobre o mesmo grupo continuou subindo, se comparado com os anos analisados anteriormente, atingindo um percentual de 6,84%.

O total do ativo fechou com um *déficit* de 0,62%, resultado, esse, pelos motivos contrários supracitados na análise feita na relação 2003/2004. Pois quando se tem em menores quantidades as contas recebidas durante o ciclo operacional em questão e, em maiores quantidades as contas a receber no exercício seguinte, como foi o caso do exercício 2004/2005, entende-se que o ativo da Coopertinga ainda estava sob domínio de associados e terceiros no encerramento do balanço, uma vez que a taxa do ativo total é oriunda da soma do passivo e do patrimônio líquido.

A estrutura do ativo circulante de 2005 para 2006, apresentou um investimento de 4,66%. As disponibilidades somaram uma queda de 8,35% e bens de venda e/ou formação de 30,60%. Ou seja, teve um grande desinvestimento em estoques e em lavouras em formação (APÊNDICE A).

Nas contas devedores por funcionamento de 2006, em relação ao ano anterior, vem apresentando um crescimento entre 6,29% indicando que a Coopertinga vem se restabelecendo desde a queda registrada em 2005 por fatores econômicos. No ano de 2006 a empresa voltou a investir e a financiar associados e terceiros. Nas contas devedores por financiamento apresentam um índice de 7,21%

que se comparado com o de 9,56% do período anterior, pode-se dizer que a empresa diminuiu a disponibilidade de dinheiro para financiamentos.

O ativo da cooperativa, em 2006, também foi marcado pelo investimento em consórcios e um grande aumento em despesas do exercício seguinte a resgatar.

Por conseqüência as contas a receber no realizável a longo prazo diminuem. De 2005 para 2006 essa diminuição representou 30,62% e quanto aos devedores por funcionamento, a queda da taxa percentual foi de 100% pois as parcelas da concessão de empréstimos aos cooperados foram quitadas, conforme as notas explicativas do Apêndice A.

Os investimentos de 82,38% indicados no ativo permanente são oriundos da conta capital integralizado. O imobilizado teve um investimento de 9,62% em implementos e maquinários agrícolas. E por fim, as depreciações passaram de 6,84% para 7,18%, sendo que as maiores desvalorizações foram nos veículos, máquinas e equipamentos e implementos agrícolas.

As contas a receber somaram no total do ativo um *superávit* de 4,41%.

A seguir apresenta-se a análise vertical do ativo desta cooperativa.

| ATIVO | Índice/03 | Índice/04 | Índice/05 | Índice/06 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <u>CIRCULANTE</u> | | | | |
| DISPONIBILIDADES | 9,61% | 8,91% | 7,96% | 7,00% |
| DEVEDORES POR FUNCIONAMENTO | 29,41% | 38,93% | 36,58% | 37,35% |
| DEVEDORES POR FINANCIAMENTO | 50,21% | 43,24% | 49,32% | 50,76% |
| BENS DE VENDA E/OU FORMAÇÃO | 10,72% | 8,90% | 7,23% | 4,82% |
| PARTICIPAÇÕES EM CONSORCIOS | 0% | 0% | 0% | 0,28% |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 0,04% | 0,03% | 0,03% | 0,30% |
| <u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u> | | | | |
| DEVEDORES POR FUNCIONAMENTO | 48,58% | 55,29% | 97,43% | 100% |
| DEVEDORES POR FINANCIAMENTO | 51,42% | 44,71% | 2,57% | 0% |
| <u>PERMANENTE</u> | | | | |
| INVESTIMENTOS | 0,39% | 0,39% | 0,38% | 0,62% |
| <u>IMOBILIZADO</u> | 99,61% | 99,61% | 99,62% | 99,38% |

Quadro nº2. – Análise Vertical do Ativo de 2003 a 2006.

FONTE: Elaborado pela aluna Viviane Cossul. Curso de Administração – UniCEUB.

Adaptado do Balanço Patrimonial da Coopertinga.

A Análise Vertical permite apontar quais contas são mais relevantes no total do grupo em que estão inseridos. A partir deste princípio observa-se que nos quatro últimos anos em análise, as receitas com um maior percentual de participação no ativo circulante da empresa são as de devedores por funcionamento com uma média de 35,57% e devedores por financiamento com uma média de 48,39%, ambas somam 83,96%. As disponibilidades e bens de venda e/ou formação somam 16,28% das receitas, com média de 8,37% e 7,91% respectivamente.

Nas contas que compõem o ativo realizável a longo prazo houve um equilíbrio equivalente a uma média de 50% entre devedores por funcionamento e por financiamento nos anos de 2003 e 2004. Já em 2005, 97,43% representou as receitas de devedores por funcionamento, ou seja, contas movimento e cédulas de produtor rural tanto de associados como de terceiros. Em 2006 esse percentual atingiu os 100%.

Nota-se que ao longo dos anos o grau de participação das disponibilidades e os estoques estão diminuindo e indo para a mão dos devedores, ou seja, a Coopertinga está aumentando a quantidade de vendas a prazo.

Quanto ao ativo permanente os recursos concentram-se no imobilizado (terrenos, prédios e benfeitorias, propriedades rurais, implementos e maquinários agrícolas, reflorestamento, entre outros) num valor que cerca os 11.500.000 (onze milhões e meio) representando com uma média de 99,56%.

Em relação ao ativo da empresa é importante observar que em sua estrutura a maioria dos recursos estão investidos no circulante, ou seja, 82,26%, considerando a média dos 4 anos.

No que diz respeito à liquidez desta empresa, nota-se que o ativo mantém um índice de liquidez superior a 1,0 (um), isso significa que, apesar deste índice estar diminuindo ao decorrer dos anos, a Coopertinga ainda tem condições de honrar as obrigações de curto prazo em pelo menos em 11,50% ($[1,0 - (1,0/1,13)] \times 100$) no ano de 2005 e de 2006 – liquidez corrente. Já no de liquidez seca essa capacidade vai para 6,54% ($[1,0 - (1,0/1,07)] \times 100$) no ano de 2006. Esses índices podem ser conferidos na tabela de liquidez do Apêndice B.

3.4 Análise do Passivo

Primeiramente será o passivo será analisado pelo método de horizontal e posteriormente pelo vertical. As contas representativas do passivo são as mesmas do ativo, a diferença é que no passivo elas representam as saídas do balanço patrimonial, ou seja, as contas a pagar da Coopertinga. Estão melhores descritas no apêndice A.

| <u>PASSIVO</u> | 2006 | Índice | 2005 | Índice | 2004 | Índice | 2003 |
|---|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|
| <u>CIRCULANTE</u> | <u>27.313.781,32</u> | <u>4,74%</u> | <u>26.076.515,00</u> | <u>-1,11%</u> | <u>26.370.011,43</u> | <u>28,06%</u> | <u>20.592.186,38</u> |
| CREDORES POR FUNCIONAMENTO | 2.406.946,53 | -34,37% | 3.667.296,37 | -36,31% | 5.758.059,49 | 49,85% | 3.842.447,38 |
| CREDORES POR FINANCIAMENTO | 24.906.834,79 | 11,15% | 22.409.218,63 | 8,72% | 20.611.951,94 | 23,06% | 16.749.739,00 |
| <u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u> | <u>1.707.463,69</u> | <u>13,96%</u> | <u>1.498.325,15</u> | <u>-3,73%</u> | <u>1.556.353,00</u> | <u>-3,49%</u> | <u>1.612.702,14</u> |
| CREDORES POR FINANCIAMENTO | 1.697.911,09 | 13,32% | 1.498.325,15 | -3,73% | 1.556.353,00 | -3,49% | 1.612.702,14 |
| CREDORES POR FUNCIONAMENTO | 9.552,60 | 100% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 |
| <u>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</u> | <u>11.498,13</u> | <u>100%</u> | <u>0,00</u> | <u>0%</u> | <u>0,00</u> | <u>0%</u> | <u>0,00</u> |
| RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS | 11.498,13 | 100% | 0,00 | 0% | 0,00 | 0% | 0,00 |
| <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | <u>8.440.777,48</u> | <u>1,51%</u> | <u>8.315.459,58</u> | <u>1,55%</u> | <u>8.188.344,77</u> | <u>1,79%</u> | <u>8.044.107,17</u> |
| CAPITAL SOCIAL | 8.128.107,34 | 0,61% | 8.078.587,24 | 0,42% | 8.045.054,11 | 0,48% | 8.006.271,00 |
| RESERVAS DE CAPITAL | 2.345,56 | 0% | 2.345,56 | 0% | 2.345,56 | 0% | 2.345,56 |
| RESERVAS DE SOBRAS | 290.830,59 | 78,34% | 163.077,17 | 97,55% | 82.548,47 | -8,36% | 90.076,41 |
| SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | 19.493,99 | -72,72% | 71.449,61 | 22,35% | 58.396,63 | 206,98% | (54.585,80) |
| <u>TOTAL DO PASSIVO</u> | <u>37.473.520,62</u> | <u>4,41%</u> | <u>35.890.299,73</u> | <u>-0,62%</u> | <u>36.114.709,20</u> | <u>19,39%</u> | <u>30.248.995,69</u> |

Quadro nº3. – Análise Horizontal do Passivo de 2003 a 2006.

FONTE: Elaborado pela aluna VIVIANE COSSUL. Curso de Administração – UniCEUB.

Adaptado do Balanço Patrimonial da Coopertinga.

Segundo os índices apresentados no quadro 3, nota-se que houve uma elevação de 28,06% das contas a pagar no circulante. Sendo que, credores por funcionamento atingiram 49,85% de obrigações para com associados, fornecedores e terceiros. E 23,06% de acréscimo nas obrigações que originam os investimentos, ou seja, financiamentos feitos.

As obrigações com vencimento após o encerramento do exercício social seguinte tiveram uma queda de 3,49% na relação 2003/2004.

Quanto aos índices do patrimônio líquido, houve um aumento de 1,79% do seu total decorrente da elevação de 206,98% nas sobras de ou perdas acumuladas durante o período de 2004 em relação ao mesmo período de 2003.

No ano de 2004 a Cooperativa ficou com mais obrigações a serem honradas no exercício seguinte, pois obteve uma elevação no índice total do passivo em relação a 2003, com um aumento de 19,39%.

Em conseqüência do desinvestimento observado no ativo de 2004/2005, o passivo circulante total teve seu percentual diminuído em 1,11% e credores por funcionamento em 36,31%, ou seja, os mesmos fatores que atingiram o ativo atingiram o passivo. Quanto menos disponibilidades financeiras a empresa tiver (ativo), menos condições ela tem de financiar seus clientes.

Os percentuais do exigível a longo prazo continuaram registrando uma redução de cerca de 3,73% nas contas a pagar após o término do exercício seguinte.

O contínuo elevamento dos índices supracitados na análise do quadro 3 juntamente com os 97,55% de reservas e sobras, contribuíram para o acréscimo de 1,55% no patrimônio líquido.

O total do passivo fechou com um *déficit* de 0,62% assim como no ativo.

O ano de 2006 teve o índice do circulante elevado em 4,74%, registrado por uma maior quantidade dos deveres de financiamento, isso significa que buscou-se menores quantidades de unidades monetárias nos fornecedores de fundo. Na categoria das obrigações do funcionamento a queda da taxa em 34,37% indica que os recursos financeiros disponíveis para investir estão diminuindo.

Ao contrário dos índices registrados desde 2003, observa-se que o exigível a longo prazo do quadro 3, atingiu uma elevação no grau de 13,96% dos deveres a serem liquidados, tanto na categoria de credores por funcionamento como na de credores por financiamento.

Esse resultado de exercícios futuros, registrado apenas em 2006, foi uma venda de grãos a serem entregados após o término do exercício social seguinte.

A seguir apresenta-se a análise do passivo pelo método vertical.

| <u>PASSIVO</u> | Índice/03 | Índice/04 | Índice/05 | Índice/06 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <u>CIRCULANTE</u> | | | | |
| CREDORES POR FUNCIONAMENTO | 18,66% | 21,84% | 14,06% | 8,81% |
| CREDORES POR FINANCIAMENTO | 81,34% | 78,16% | 85,94% | 91,19% |
| <u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u> | | | | |
| CREDORES POR FINANCIAMENTO | 100% | 100% | 100% | 99,44% |
| CREDORES POR FUNCIONAMENTO | 0% | 0% | 0% | 0,56% |
| <u>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</u> | | | | |
| RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS | 0% | 0% | 0% | 100% |
| <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | | | | |
| CAPITAL SOCIAL | 99,53% | 98,25% | 97,15% | 96,39% |
| RESERVAS DE CAPITAL | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% |
| RESERVAS DE SOBRAS | 1,12% | 1,01% | 1,96% | 3,45% |
| SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | -0,68% | 0,71% | 0,86% | 0,23% |

Quadro nº4. – Análise Vertical do Passivo de 2003 a 2006.

FONTE: Elaborado pela aluna Viviane Cossul. Curso de Administração – UniCEUB.
Adaptado do Balanço Patrimonial da Coopertinga.

A Análise Vertical indica que ao longo dos últimos quatro anos o passivo circulante está dividido em duas categorias, credores por financiamento e credores por funcionamento, e estas atingiram uma média de 86,16% e 15,84%, respectivamente. Isso significa dizer que o maior nível de comprometimento, do passivo circulante, desta empresa está nas contas a pagar, fornecedores, conta-corrente de associados e terceiros, impostos a recolher, produtos a entregar, provisões constituídas e créditos de terceiros – Fundo de Aval.

As contas de financiamento para investimento (credores por financiamento) representaram 100% do passivo exigível a longo prazo, com exceção de 2006. Neste último ano, houve uma pequena participação financiamentos FINAME BNDES nas contas de credores por financiamento e fornecedores a pagar nas contas de

credores por funcionamento. Sendo assim, cada qual ficou representada por um percentual de 99,44% e 0,56%.

No que diz respeito ao patrimônio líquido da Coopertinga, o capital social representa cerca de 97,81% dos recursos. Está representado por quotas-partes, cujo valor unitário em é de R\$ 1,00 (hum real) e apresenta um montante integralizado de cerca de R\$ 8.000.000 (oito milhões). A forma de subscrição, integralização e restituição está prevista nos artigos 15 a 20 do Estatuto Social. Os demais subgrupos tiveram sua importância somada em uma média de 2,19%.

Quanto às análises feitas no passivo, é pertinente observar que ao considerar a média dos quatro anos, 71,82% do nível de endividamento estão nas contas do circulante. O patrimônio líquido corresponde um percentual de 23,61% e as contas classificadas como exigíveis a longo prazo a 4,56%.

Ainda com base no passivo, foram realizadas as análises de endividamento da Coopertinga. Quanto ao grau de endividamento geral (APÊNDICE B) nota-se que os índices oscilam entre 5,33% a 4,56%, ou seja, esse é o percentual que a cooperativa financia os ativos com capital de terceiros. Diante deste fato, pode-se afirmar que a alavancagem financeira é baixa, pois o capital de terceiros é pouco utilizado para gerar lucros. No índice exigível a longo prazo-patrimônio líquido indica que o capital de terceiros a longo prazo representa cerca de 20% do patrimônio líquido, ou seja, dos recursos fornecidos pelos associados da cooperativa.

Tendo encerradas as análises do ativo e passivo, analisa-se a demonstração do resultado do exercício.

2.5 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício

Nota-se, no quadro um, que na classificação do Ativo utiliza-se o critério das contas serem dispostas em ordem decrescente pelo grau de liquidez dos elementos nela registrados. E, no quadro três, utilizou-se a ordem decrescente para dispor as contas pelo seu grau de exigibilidade. A demonstração do resultado do exercício (DRE) é feita a partir das despesas reduzidas das receitas, durante o período. Diante destas observações, a análise da DRE é realizada pelos mesmos métodos utilizados para o ativo e passivo, primeiramente pelo método horizontal e em seguida pelo vertical.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | 2006 | Índice | 2005 | Índice | 2004 | Índice | 2003 |
|---|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|
| 1. RECEITA BRUTA | 32.601.175,89 | -18,43% | 39.967.569,58 | -11,95% | 45.393.735,24 | 26,68% | 35.834.497,46 |
| 2. (-) DEDUÇÕES | (685.815,50) | -29,12% | (967.604,61) | -52,98% | (2.057.923,43) | 9,67% | (1.876.520,56) |
| 3. (=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | 31.915.360,39 | -18,17% | 38.999.964,97 | -10,01% | 43.335.811,81 | 27,62% | 33.957.976,90 |
| 4. (-) CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS | (29.088.675,08) | -20,77% | (36.713.529,54) | -10,34% | (40.945.231,89) | 26,07% | (32.479.181,10) |
| 5. (=) SOBRA BRUTA | 2.826.685,31 | 23,63% | 2.286.435,43 | -4,36% | 2.390.579,92 | 61,66% | 1.478.795,80 |
| 6. (-) DESPESAS OPERACIONAIS | (3.778.389,54) | -8,93% | (4.149.099,32) | 9,92% | (3.774.757,24) | 29,04% | (2.925.227,14) |
| 7. (+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 1.083.262,08 | -43,99% | 1.934.067,65 | 34,80% | 1.434.788,55 | 5,45% | 1.360.634,68 |
| 8. (=) SOBRA OPERACIONAL | 131.557,85 | 84,24% | 71.403,76 | 41,08% | 50.611,23 | 158,99% | (85.796,66) |
| 9. (+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS | 13.275,15 | -81,32% | 71.052,32 | 6,76% | 66.550,38 | 154,11% | 26.189,37 |
| 10.(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES | 144.833,00 | 1,67% | 142.456,08 | 21,59% | 117.161,61 | 296,56% | (59.607,29) |
| 11.(-) PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (9.941,60) | 114,44% | (4.636,04) | 35,82% | (3.413,27) | 100% | 0,00 |
| 12.(-) PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA | (16.569,33) | 110,96% | (7.854,24) | -5,30% | (8.293,85) | 110% | 0,00 |
| 13.(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO | 118.322,07 | -8,96% | 129.965,80 | 23,24% | 105.454,49 | 276,92% | (59.607,29) |

Quadro nº5. – Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício de 2003 a 2006.

FONTE: Elaborado pela aluna VIVIANE COSSUL. Curso de Administração – UniCEUB.

Adaptado do Balanço Patrimonial da Coopertinga.

A receita bruta teve seu índice elevado em 26,68% de 2003 para 2004 e está relacionado ao aumento das vendas de produtos e serviços prestados, gerando maiores receitas. Já na relação 2004/2005 e 2005/2006 nota-se que houve uma redução do faturamento numa ordem de 11,95% e 18,43%, respectivamente. Em função dos impostos (deduções) serem calculados sobre a receita bruta, observa-se que os valores a serem descontados aumentam ou diminuem conforme o investimento ou desinvestimento realizado durante o exercício. O mesmo acontece nos índices da receita operacional líquida, uma vez que, quando há maiores faturamento, há um aumento das deduções (2003/2004) e, quando há menores faturamentos, os impostos diminuem (relação de 2004 a 2006).

Quanto ao custo de mercadorias vendidas, o índice varia de acordo com a os analisados anteriormente, uma vez que, depende do investimento feito no ativo. Um outro fator que interfere é a política econômica, pois o preço de compra e venda de produtos agrícolas varia constantemente.

Sendo assim, observa-se que o maior índice de sobra bruta foi o de 2003/2004, registrando 61,66%. De 2004 para 2005 registrou uma queda de 4,36%, justificado pelo desinvestimento observado no ativo do mesmo período.

A sobra operacional é registrada de acordo com a variação das despesas com pessoal, vendas, tributos, entre outros. No índice de 2003/2004, a sobra operacional foi negativa, ou seja, a sobra bruta foi inferior as despesas operacionais num valor de 85.796,66. Esse saldo somado às receitas não operacionais diminuiu para 59.607,29, mas mesmo assim o resultado do exercício fechou com *déficit*.

O ano de 2003 para 2004 foi o que atingiu os maiores índices em função deste saldo negativo contrastado com os investimentos feitos no ano de 2004. A sobra operacional dos anos seguintes foi superior a sobra bruta reduzida das despesas operacionais. As altas taxas registradas a partir do item oito da DRE (2003/2004) são decorrentes da diferença entre os saldos negativos do primeiro ano e os positivos no ano seguinte.

O resultado antes das provisões vem diminuindo a cada ano, de 296,56% passando para 1,67%, e, no entanto, as provisões vêm aumentando, passando de 35,82% para 114,44%. No comparativo ente 2003 e 2004, houve um aumento de

100% nas provisões em função de no caixa negativo registrado, já que estas são calculadas sobre a receita.

A taxa de crescimento do resultado do exercício cresceu nos dois primeiros comparativos, e na de 2005 para 2006 caiu numa ordem de 8,96%, causado pelo aumento das provisões, uma vez que o resultado antes das provisões foi superior ao resultado da relação anterior numa ordem de 1,67%.

As seguir apresenta-se a análise vertical da DRE por meio de duas maneiras. A primeira delas identificará o grau de participação dos descontos e das receitas em relação ao subgrupo a que pertencem. E a segunda analisará o grau de participação dos resultados em relação aos seus respectivos subgrupos. Dessa forma pode-se identificar em quais momentos a empresa apresenta seus maiores resultados, e em que quantidade percentual é feito cada um dos descontos. Nesta primeira análise os índices negativos não significam a queda das taxas, eles apenas indicam quando item analisado é subtraído ou somado ao resultado em questão.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | Índice/03 | Índice/04 | Índice/05 | Índice/06 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 1. RECEITA BRUTA | | | | |
| 2. (-) DEDUÇÕES | -5,24% | -4,53% | -2,42% | -2,10% |
| 3. (=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | | | | |
| 4. (-) CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS | -90,64% | -90,20% | -91,86% | -89,23% |
| 5. (=) SOBRA BRUTA | | | | |
| 6. (-) DESPESAS OPERACIONAIS | -8,16% | -8,32% | -10,38% | -11,59% |
| 7. (+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 3,80% | 3,16% | 4,84% | 3,32% |
| 8. (=) SOBRA OPERACIONAL | | | | |
| 9. (+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS | 0,07% | 0,15% | 0,18% | 0,04% |
| 10.(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES | | | | |
| 11.(-) PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 0% | -2,91% | -3,25% | -6,86% |
| 12.(-) PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA | 0% | -7,08% | -5,51% | -11,44% |

Quadro nº6. – Análise Vertical de Descontos/Receitas na DRE de 2003 a 2006.
 FONTE: Elaborado pela aluna VIVIANE COSSUL. Curso de Administração – UniCEUB.
 Adaptado do Balanço Patrimonial da Coopertinga.

O quadro acima indica o grau de participação dos descontos e das receitas somadas à receita bruta. Diante do item “deduções” observa-se que ao se partir do índice de 5,24% os impostos sem vendas e serviços vem diminuindo, chegando a 2,10%. Esta queda está acontecendo porque ao longo dos últimos quatro anos a soja exportada não está mais sendo tributada (Lei Complementar nº 87, de 13 de

setembro de 1996 - Lei Kandir). O maior desconto feito para se chegar ao resultado do exercício está no custo de mercadorias vendidas com um percentual mediano de 90,48%.

As despesas operacionais estão aumentando ao longo dos anos, passando de 8,16% em 2003 para 11,59% em 2006. Já o grau de participação das receitas operacionais somadas à sobra bruta do exercício, de um modo geral estão diminuindo, passando de 3,80% (2003) para 3,32% (2006), com exceção de 2005, que atingiu o maior percentual dos últimos quatro anos, chegando a ter 4,84%.

No que diz respeito às provisões de contribuição social e imposto de renda observa-se que aumentou o grau de participação, o que significa que o resultado do exercício antes destas provisões aumentou nos últimos quatro anos como indica no apêndice A. É importante destacar que no ano de 2003 não houve contribuição, pois o resultado do exercício fechou com *déficit*.

No quadro a seguir analisa-se o grau de participação dos resultados após descontos em relação à receita bruta.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | Índice/03 | Índice/04 | Índice/05 | Índice/06 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 1. RECEITA BRUTA | | | | |
| 2. (-) DEDUÇÕES | | | | |
| 3. (=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | 94,76% | 95,47% | 97,58% | 97,90% |
| 4. (-) CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS | | | | |
| 5. (=) SOBRA BRUTA | 4,13% | 5,27% | 5,72% | 8,67% |
| 6. (-) DESPESAS OPERACIONAIS | | | | |
| 7. (+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | | | | |
| 8. (=) SOBRA OPERACIONAL | -0,24% | 0,11% | 0,18% | 0,40% |
| 9. (+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS | | | | |
| 10.(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES | -0,17% | 0,26% | 0,36% | 0,44% |
| 11.(-) PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | |
| 12.(-) PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA | | | | |
| 13.(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO | -0,17% | 0,23% | 0,33% | 0,36% |

Quadro nº7. – Análise Horizontal dos Resultados na DRE de 2003 a 2006.
 FONTE: Elaborado pela aluna VIVIANE COSSUL. Curso de Administração – UniCEUB.
 Adaptado do Balanço Patrimonial da Coopertinga.

A receita operacional líquida representa mais de 90% da receita bruta e de acordo com os índices apresentados no quadro anterior (nº. 6), observa-se que

conforme o grau de participação das deduções aumentam, o da receita líquida diminui. E o mesmo ocorre a para todos os resultados da receita bruta, quando comparados com seus subgrupos.

As sobras brutas terminam por representar um índice entre 4% e 10% da receita. Esse percentual também vem aumentando nos últimos anos, e, no entanto, é interessante lembrar que esses valores estão relacionados ao total de vendas de produtos e mercadorias, além dos serviços prestados ao decorrer de cada ano. Isso significa dizer que a Coopertinga está investindo menos e retendo mais lucro neste tramite.

Em função destes primeiros itens observaos, os demais índices também vem aumentando ao longo dos anos, uma vez que um está diretamente ligado ao outro.

Em seguida apresenta-se uma análise dos índices de lucratividade da Coopertinga, podem ser verificados no Apêndice B.

Os percentuais da margem bruta aumentam ao decorrer dos últimos quatro anos, passando de 4,13% para 8,67%. Isso significa que a sobra monetária com a venda de produtos e serviços aumentou. Quanto a margem operacional, teve seu percentual negativo no ano de 2003 numa ordem de 0,24%, indicando que um prejuízo obtido com as vendas antes dos juros e impostos de renda, já nos anos de 2004 a 2006 esse percentual foi positivo, representando um lucro entre 0,11% e 0,40%. E, por fim, a última margem analisada foi a líquida, onde o ano de 2003 teve seu percentual de 0,17% negativo, decorrente do mesmo prejuízo registrado na margem operacional, com a diferença de que esse índice é calculado após as deduções. Já nos anos seguintes esse percentual ficou superior aos 0,23%, mas não chegou nem a 1% de lucro.

A taxa de retorno sobre o ativo total (ROA) não foi superior a 1%, isso significa que há uma ineficiência da administração na geração de lucros sobre o ativo total. E a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) passou de 0,74% negativo em 2003 para 1,40% em 2006, ou seja, o retorno obtido sobre o investimento dos proprietários da empresa aumentou.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido proporcionou bases suficientes para o entendimento dos principais aspectos teóricos referentes à análise das demonstrações financeiras. Com isso, possibilitou compreender também a importância desse processo de análise como importante subsídio para a tomada de decisão nas organizações.

Quanto a análise vertical no ativo, nota-se que a maioria dos recursos da Coopertinga encontram-se investidos no circulante, ou seja, 82,38%. Em seguida está o permanente com 14,56% de participação e por último o realizável a longo prazo com apenas 3,06%, considerando a média dos 4 anos. O mesmo acontece no passivo, visto que 71,82% obrigações estão no circulante, 4,56% no exigível a longo prazo e 23,61% no patrimônio líquido.

Dentre as contas do ativo e passivo circulante, as que têm um maior grau de participação são as de devedores por funcionamento e as de devedores e credores por financiamento, isso significa que a Coopertinga aumentou o número de vendas a prazo e está financiando associados e terceiros, com vencimento para exercício seguinte, o que é um aspecto negativo do ponto de vista financeiro, pois isso diminui a sua liquidez, ou seja, sua capacidade de cumprir com as obrigações a curto prazo.

No que diz respeito ao endividamento observou-se que o percentual que a cooperativa utiliza de capital de terceiros para gerar lucros é pouco, oscilando entre 4% e 6%.

A sobra monetária com a venda de produtos e serviços (margem bruta) vem aumentando ao decorrer dos anos. A margem operacional calculada sob as vendas antes dos juros e impostos de renda tem representado um lucro entre 0,11% e 0,40% nos últimos três anos. E a margem líquida de vendas calculada após as deduções tem seu percentual superior aos 0,23%, mas não atinge nem a 1% lucro.

O mesmo foi observado na taxa de retorno sobre o ativo total (ROA) indicando uma ineficiência da administração na geração de lucros sobre o ativo total. E o retorno obtido sobre o investimento dos associados da Coopertinga (ROE) vem aumentando.

A análise feita na demonstração do resultado do exercício indica que as maiores despesas descontadas da receita bruta são do custo com mercadorias vendidas, sendo assim, seria interessante se a empresa adquirisse produtos com preços melhores e repassar num momento mais oportuno, propiciando uma melhor otimização de resultados econômicos para a cooperativa.

O ano de 2004 ficou marcado como o ano em que o agronegócio se consolidou como a grande alavanca da economia brasileira, significou a ancora verde das exportações. No segundo semestre os preços de arroz, milho, soja e trigo despencaram, pois todos registraram produções recordes em nível mundial. A produção mundial de milho, tendo-se o maior estoque nacional de passagem dos últimos anos. Com relação à soja, os números indicaram 23,20% de crescimento no mundo e 32,10% no Brasil. Esses fatores econômicos explicam a queda nos preços desses produtos, derrubando a renda rural brasileira. Tais dados explicam os piores resultados do agronegócio brasileiro registrados em 2005, sendo que a agricultura foi o segmento que apresentou as maiores perdas em relação ao ano anterior. Outro fator foi o expressivo aumento dos custos de produção, aliado a uma queda constante da cotação do dólar, que afeta diretamente o preço pago ao produtor.

Tais fatores justificam o desinvestimento feito pela cooperativa no ano de 2004 para 2005. Mas de um modo geral, os resultados do balanço patrimonial, se analisados do ponto de vista cooperativista está bem, uma vez que tem como finalidade a satisfação das aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais de um grupo, e não o lucro em si. Porém ao analisar do ponto de vista econômico, observa-se as sobras são muito pequenas, o que dificulta a expansão, reinvestimento e capitalização da Cooperativa.

Visto que a análise financeira fornece os meios para tornar flexíveis e corretas as decisões de investimento, no momento mais apropriado e vantajoso, os gestores desta área devem buscar formas de orçamentar os recursos escassos e investir os fundos em projetos que tragam uma maior rentabilidade.

REFERÊNCIAS

ANTONIALLI, L. M. **Planejamento e Controle Financeiro na Agroindústria**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

BATALHA, M.O.; SILVA, A.L da. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas**. In: BATALHA, M.O (Coord.) *Gestão Agroindustrial*. São Paulo, Atlas, 2001.

COOPERTINGA. **História**. Disponível em: <http://www.coopertinga.com.br>. Acessado em 23 de março de 2007.

CREPALDI, SILVIO APARECIDO. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GITMAN, LAWRENCE JEFFREY. **Princípios de Administração Financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 2002.

IUDÍCIBUS, SÉRGIO de. **Análise de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, SÉRGIO de. **Contabilidade Introdutória**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ROSS, STEPHEN A.; WESTERFIELD, RANDOLPH W.; JAFFE, JEFFREY F. **Administração Financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHRICKEL, WOLFGANG KURT. **Demonstrações Financeiras: Abrindo a Caixa-Preta**. São Paulo: Atlas, 1997

SESCOOP/SP. **A Estrutura do Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br>. Acessado em 17 de março de 2007.

SOARES, JOSÉ SILVA. **Informe final: Aliança para o desenvolvimento regional do noroeste de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/regional/pdf/gerais.pdf>. Acessado em 14 de março de 2007.

STICKNEY, CLYDE P; WEIL, ROMAN L. **Contabilidade financeira: Uma Introdução aos Conceitos, Métodos e Usos**. São Paulo: Atlas, 2000/2001.

WESTON & BRIGHAM **Fundamentos da Administração Financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000.

APÊNDICE A – Balanço Patrimonial 2003 a 2006.

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| ATIVO | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
| CIRCULANTE | 30.766.451,19 | 29.395.221,86 | 30.600.894,12 | 24.346.721,56 |
| DISPONIBILIDADES | 2.143.320,65 | 2.338.663,06 | 2.725.517,12 | 2.338.663,06 |
| Caixa | 3.995,96 | 6.065,33 | 1.332,62 | 3.537,74 |
| Bancos c/Movimento | 104.061,67 | 1.690.293,39 | 1.170.519,66 | 2.153.032,03 |
| Aplicações de Liquidez Imediata | 2.035.263,02 | 315.500,39 | 1.553.664,84 | 182.093,29 |
| DEVEDORES POR FUNCIONAMENTO | 11.429.504,34 | 10.753.628,40 | 11.912.654,23 | 7.161.287,55 |
| Conta Movimento Associados | 103.735,34 | 532.916,96 | 730.004,44 | 1.283.166,97 |
| Conta Movimento Terceiros | 6.994,44 | 248.491,28 | 203.244,58 | 99.351,34 |
| Clientes | 644.486,80 | 1.346.459,82 | 911.245,43 | 948.910,23 |
| Conta Empréstimo Vinculada | 40.714,93 | 40.714,93 | 40.714,93 | 40.714,93 |
| C.P.R. a Receber de Associados | 2.663.723,30 | 1.635.332,74 | 9.618.407,30 | 4.509.756,44 |
| C.P.R. a Receber de Terceiros | 64.662,90 | 57.842,91 | 65.027,64 | 46.322,91 |
| N.P.R. a Receber de Associados | 4.317.237,99 | 4.404.115,91 | 0,00 | 0,00 |
| N.P.R. a Receber de Terceiros | 425.590,35 | 113.750,61 | 0,00 | 0,00 |
| N. Ps. a Receber de Associados | 2.175.853,80 | 1.357.627,41 | 0,00 | 0,00 |
| N. Ps. a Receber de Terceiros | 0,00 | 62.340,13 | 0,00 | 0,00 |
| Cheques Pré Datados a Receber | 6.935,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Adiantamento a Fornecedores | 168.569,98 | 260.241,07 | 164.675,13 | 19.155,77 |
| Impostos a Recuperar | 810.999,00 | 693.794,63 | 179.334,78 | 213.908,96 |
| DEVEDORES POR FINANCIAMENTO | 15.542.724,43 | 14.497.514,89 | 13.232.101,79 | 12.225.443,18 |
| NCR a Receber de Associados | 31.198,94 | 297.507,08 | 281.137,66 | 285.560,54 |
| NCR a Receber de Terceiros | 0,00 | 20.105,46 | 19.123,71 | 0,00 |
| Cooperados Subscrição NCR BNCC | 9.132.187,71 | 8.309.124,16 | 7.543.127,23 | 6.958.374,67 |
| Cooperados Subscrição NCR BCO. BRASIL | 6.379.337,78 | 5.870.778,19 | 5.388.713,19 | 4.981.507,97 |
| BENS DE VENDA E/OU FORMAÇÃO | 1.474.000,99 | 2.123.945,58 | 2.722.077,56 | 2.610.463,89 |
| Estoque de Insumos Agrícolas | 1.264.683,37 | 1.339.041,09 | 1.042.123,24 | 848.380,86 |
| Estoque de Produtos Agrícolas | 70.486,06 | 227.018,89 | 1.172.001,91 | 1.481.436,67 |
| Estoque de Embalagens | 17.693,20 | 44.346,39 | 60.026,24 | 95.631,74 |
| Estoque de Combustíveis e Lubrificantes | 121.138,36 | 108.784,09 | 142.465,88 | 138.311,01 |
| Lavouras em Formação | 0,00 | 404.755,12 | 305.460,29 | 46.703,61 |
| PARTICIPAÇÕES EM CONSORCIOS | 86.073,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consortio BRADESCO Grupo-5468 | 8.206,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Consortio JOHN DEERE Grupo 542 | 77.866,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 90.827,10 | 8.273,88 | 8.543,42 | 10.863,88 |
| Prêmios de Seguros | 5.659,16 | 8.273,88 | 8.543,42 | 10.863,88 |
| Juros FINAME a Apropriar | 85.167,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 944.592,11 | 1.401.806,36 | 748.217,51 | 1.174.136,47 |
| DEVEDORES POR FUNCIONAMENTO | 944.592,11 | 1.365.794,97 | 413.703,20 | 570.439,48 |
| CPR a Receber de Associados | 944.592,11 | 1.253.557,62 | 190.428,50 | 459.316,59 |
| CPR a Receber de Terceiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 46.322,91 |
| Conta Movimento Terceiros | 0,00 | 90.637,36 | 43.199,98 | 64.799,98 |
| Conta Movimento Associados | 0,00 | 21.599,99 | 180.074,72 | 0,00 |
| DEVEDORES POR FINANCIAMENTO | 0,00 | 36.011,39 | 334.514,31 | 603.696,99 |
| NCR a Receber de Associados | 0,00 | 36.011,39 | 315.390,60 | 603.696,99 |
| NCR a Receber de Terceiros | 0,00 | 0,00 | 19.123,71 | 0,00 |
| PERMANENTE | 5.762.477,32 | 5.093.271,51 | 4.765.597,57 | 4.728.137,66 |
| INVESTIMENTOS | 35.553,31 | 19.493,55 | 18.493,55 | 18.493,55 |
| IMOBILIZADO | 12.997.156,95 | 11.856.915,49 | 11.096.097,72 | 10.787.564,39 |
| (-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS | 7.270.232,94 | 6.783.137,53 | 6.348.993,70 | 6.077.920,28 |
| TOTAL DO ATIVO | 37.473.520,62 | 35.890.299,73 | 36.114.709,20 | 30.248.995,69 |

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | | |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| PASSIVO | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
| CIRCULANTE | 27.313.781,32 | 26.076.515,00 | 26.370.011,43 | 20.592.186,38 |
| CREDORES POR FUNCIONAMENTO | 2.406.946,53 | 3.667.296,37 | 5.758.059,49 | 3.842.447,38 |
| Fornecedores | 144.827,43 | 1.791.690,98 | 2.995.302,40 | 1.819.821,17 |
| Conta-Corrente Associados | 910.840,52 | 677.392,11 | 378.404,00 | 1.162.543,65 |
| Conta-Corrente Terceiros | 75.620,63 | 9.351,26 | 38.035,73 | 0,00 |
| Créditos de Terceiros – Fundo de Aval | 10.000,00 | 114.347,06 | 1.320.958,37 | 0,00 |
| Impostos e Contribuições a Recolher | 14.813,98 | 77.000,69 | 72.674,53 | 243.241,73 |
| Contas a Pagar | 6.935,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Produtos a Entregar | 1.153.931,18 | 905.629,00 | 782.613,54 | 478.601,92 |
| Provisões Constituídas | 89.977,28 | 91.885,27 | 170.070,92 | 138.238,91 |

| | | | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| CREDORES POR FINANCIAMENTO | 24.906.834,79 | 22.409.218,63 | 20.611.951,94 | 16.749.739,00 |
| Financiamentos p/Investimento | 22.431.148,21 | 20.179.908,64 | 17.615.950,44 | 15.728.678,81 |
| Financiamentos p/Crédito Rural | 2.386.099,72 | 2.229.309,99 | 2.996.001,50 | 1.021.060,19 |
| Financiamentos FINAME BNDES | 89.586,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 1.707.463,69 | 1.498.325,15 | 1.556.353,00 | 1.612.702,14 |
| | | | | |
| CREDORES POR FINANCIAMENTO | 1.697.911,09 | 1.498.325,15 | 1.556.353,00 | 1.612.702,14 |
| Financiamentos p/Investimento | 1.438.567,90 | 1.498.325,15 | 1.556.353,00 | 1.612.702,14 |
| Financiamentos FINAME BNDES | 259.343,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| CREDORES POR FUNCIONAMENTO | 9.552,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores | 9.552,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS | 11.498,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS | 11.498,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vendas Soja P/Entrega Futura | 11.498,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 8.440.777,48 | 8.315.459,58 | 8.188.344,77 | 8.044.107,17 |
| | | | | |
| CAPITAL SOCIAL | 8.128.107,34 | 8.078.587,24 | 8.045.054,11 | 8.006.271,00 |
| Capital Integralizado | 8.128.107,34 | 8.078.587,24 | 8.045.054,11 | 8.006.271,00 |
| | | | | |
| RESERVAS DE CAPITAL | 2.345,56 | 2.345,56 | 2.345,56 | 2.345,56 |
| Reserva de Incentivos Fiscais | 2.345,56 | 2.345,56 | 2.345,56 | 2.345,56 |
| | | | | |
| RESERVAS DE SOBRAS | 290.830,59 | 163.077,17 | 82.548,47 | 90.076,41 |
| F.A.T.E.S. | 90.119,50 | 45.647,90 | 36.512,41 | 0,00 |
| Fundo de Reserva | 200.711,09 | 117.429,27 | 46.036,06 | 90.076,41 |
| | | | | |
| SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | 19.493,99 | 71.449,61 | 58.396,63 | (54.585,80) |
| Sobras ou Perdas à Disposição da A.G.O. | 19.493,99 | 71.449,61 | 58.396,63 | (54.585,80) |
| | | | | |
| TOTAL DO PASSIVO | 37.473.520,62 | 35.890.299,73 | 36.114.709,20 | 30.248.995,69 |

| <u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u> | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|--|------------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1. RECEITA BRUTA | 32.601.175,89 | 39.967.569,58 | 45.393.735,24 | 35.834.497,46 |
| Venda de Produtos e Mercadorias | 32.361.850,69 | 39.796.545,42 | 45.231.276,34 | 35.719.004,88 |
| Prestação de Serviços | 239.325,20 | 171.024,16 | 162.458,90 | 115.492,58 |
| 2. (-) DEDUÇÕES | (685.815,50) | (967.604,61) | (2.057.923,43) | (1.876.520,56) |
| Impostos s/Vendas e Serviços | (685.815,50) | (967.604,61) | (2.057.923,43) | (1.876.520,56) |
| 3. (=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | 31.915.360,39 | 38.999.964,97 | 43.335.811,81 | 33.957.976,90 |
| 4. (-) CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS | (29.088.675,08) | (36.713.529,54) | (40.945.231,8) | (32.479.181,1) |
| 5. (=) SOBRA BRUTA | 2.826.685,31 | 2.286.435,43 | 2.390.579,92 | 1.478.795,80 |
| 6. (-) DESPESAS OPERACIONAIS | (3.778.389,54) | (4.149.099,32) | (3.774.757,24) | (2.925.227,14) |
| Despesas c/Pessoal | (1.481.682,24) | (1.501.044,76) | (1.518.477,42) | (1.167.567,72) |
| Despesas c/Vendas | (119.080,53) | (36.895,07) | (40.460,76) | (42.328,31) |
| Despesas Tributárias | (207.946,92) | (187.523,06) | (222.782,48) | (167.259,84) |
| Despesas Financeiras (juros sobre credores por fin.) | (2.759.836,59) | (3.079.963,83) | (2.260.487,72) | (2.164.334,68) |
| (-) Receitas Financeiras | (2.670.521,82) | (2.685.564,52) | (2.454.321,19) | (2.430.529,55) |
| Depreciação | (503.477,44) | (458.609,51) | (467.263,52) | (471.732,29) |
| Despesas Administrativas | (579.704,64) | (668.898,64) | (660.652,18) | (471.774,67) |
| Outras Despesas Operacionais | (797.183,00) | (901.728,97) | (1.058.954,35) | (870.759,18) |
| 7. (+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 1.083.262,08 | 1.934.067,65 | 1.434.788,55 | 1.360.634,68 |
| 8. (=) SOBRA OPERACIONAL | 131.557,85 | 71.403,76 | 50.611,23 | (85.796,66) |
| 9. (+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS | 13.275,15 | 71.052,32 | 66.550,38 | 26.189,37 |
| 10.(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES | 144.833,00 | 142.456,08 | 117.161,61 | (59.607,29) |
| 11.(-) PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (9.941,60) | (4.636,04) | (3.413,27) | 0,00 |
| 12.(-) PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA | (16.569,33) | (7.854,24) | (8.293,85) | 0,00 |
| 13.(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO | 118.322,07 | 129.965,80 | 105.454,49 | (59.607,29) |

APÊNDICE B – Índices de Liquidez, Endividamento e Lucratividade.

Liquidez**Capital de Giro Líquido:** $\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 3.452.669,87 | 3.318.706,86 | 4.230.882,69 | 3.754.535,18 |

Liquidez Corrente: $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|------|------|------|------|
| 1,13 | 1,13 | 1,16 | 1,18 |

Liquidez Seca: $\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|------|------|------|------|
| 1,07 | 1,05 | 1,06 | 1,06 |

Liquidez Imediata: $\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|------|------|------|------|
| 0,08 | 0,09 | 0,10 | 0,11 |

Endividamento**Grau de Endividamento Geral:** $\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo Total}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|-------|-------|-------|-------|
| 4,56% | 4,17% | 4,31% | 5,33% |

Índice Exigível a Longo Prazo - Patrimônio Líquido: $\frac{\text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|--------|--------|--------|--------|
| 20,23% | 18,02% | 19,01% | 20,05% |

Lucratividade

Margem Bruta: $\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 8,67% | 5,72% | 5,27% | 4,13% |

Margem Líquida: $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 0,36% | 0,33% | 0,23% | -0,17% |

Margem Operacional: $\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 0,40% | 0,18% | 0,11% | -0,24% |

ROA: $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 0,32% | 0,36% | 0,29% | -0,20% |

ROE: $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

| 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1,40% | 1,56% | 1,29% | -0,74% |

APÊNDICE C – Notas explicativas que Integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo promover a defesa comum dos interesses sociais e econômicos de seus associados, podendo, para tanto, comprar, em comum, bens de produção e de consumo e vender, em comum, sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais.

B – PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

B.01 - ESTOQUES

Os estoques de Insumos Agrícolas, Produtos Agrícolas, Embalagens, Bens de Consumo, Combustíveis e Lubrificantes, foram avaliados pelo critério da média móvel dos custos de aquisição/entradas, mais fretes e menos os impostos geradores de créditos.

B.02 – LAVOURAS EM FORMAÇÃO

Nesta conta foram contabilizados todos os custos e dispêndios realizados no preparo e formação de 2.000.000 (dois milhões) de mudas de palmeira real. Desse total, foram selecionadas 1.200.000 (hum milhão e duzentos mil) mudas para implantação numa área irrigada de 40,0 ha, arrendada para esse fim. Em 2006, por decisão do Conselho de Administração e amparado por Laudo Técnico, onde foi constatado que desde o plantio e, mesmo durante o desenvolvimento vegetativo, a cultura não respondeu satisfatoriamente as práticas adotadas, motivando a decisão de não mais dar prosseguimento ao empreendimento pelo fato e expectativa de não se obter receita, portanto, foi tomada a decisão de se eliminar a cultura que havia sido iniciada no ano de 2003.

B.03 – EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Em função do disposto no artigo 4º da Lei 9.249/95, as contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido deixaram de ser corrigidas a partir de 01/01/96, devido à extinção da Correção Monetária do Balanço.

B.04 - DEPRECIACÕES

Foram calculadas pelo método linear com base nas seguintes taxas:

Veículos: 20%
Móveis e Utensílios: 10%
Máquinas, Equipamentos e Instalações: 10%
Implementos e Máquinas Agrícolas: 10%
Prédios e Benfeitorias: 4%

B.05 – N.C.R. A RECEBER DE ASSOCIADOS

Em data de 02/10/97, realizou-se uma Assembléia Geral Extraordinária onde foi aprovada a concessão de empréstimos aos Cooperados, destinado a diversificação, investimentos em correção de solo e refinanciamento de débitos junto à Cooperativa.

Para a modalidade diversificação, o prazo foi de quatro parcelas anuais, com juros de 9% a.a., cujos títulos já foram honrados pelos associados e, para correção de solo e refinanciamento de débitos, o prazo foi de nove parcelas anuais com juros de 5% a.a.

O valor total de recursos liberados foi de R\$ 2.034.120,00 (dois milhões trinta e quatro mil e cento e vinte reais).

B.06 – NOTAS PROMISSÓRIAS E N.P. RURAL A RECEBER

No final do exercício de 2005, a Cooperativa implantou o sistema de N.Ps e N.P.Rural, para consolidar débitos diversos e principalmente o fornecimento dos insumos aos associados para acerto por ocasião da colheita da safra. Essa nova metodologia da carteira de cobrança, por recomendação do Departamento Jurídico, visa instrumentalizar a empresa de títulos mais dinâmicos e exequíveis, permitindo dessa forma uma maior agilidade na realização e recebimento dos créditos.

C - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado por quotas-partes, cujo valor unitário em é de R\$ 1,00 (hum real) e apresenta um montante integralizado de R\$ X. A forma de subscrição, integralização e restituição está prevista nos artigos 15 a 20 do Estatuto Social.

D - PROVISÕES CONSTITUÍDAS

A Sociedade constituiu a Provisão para Férias com base nos Valores integrais e proporcionais que cada funcionário tinha direito, na data de cada Balanço, acrescido do 1/3 constitucional e dos encargos previdenciários incidentes.

APÊNDICE D – Ranking de Entrega de Produtos pelos Associados

RANKING DA ENTREGA DE PRODUTOS PELOS ASSOCIADOS

| Posição | <i>Nome do Produtor</i> | Produção Em Kgs 06 | Produção Em Kgs 05 | Produção Em Kgs 04 |
|---------|----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1º | Irineu Emilio Cossul | 2.811.852 | 3.435.378 | 3.909.241 |
| 2º | Geovani Zanini | 2.808.794 | 3.303.239 | 2.901.729 |
| 3º | Ademir Antonio Fellini | 2.649.774 | 3.282.719 | 2.815.173 |
| 4º | Irineu José Balbinot | 2.615.712 | 3.095.365 | 2.671.854 |
| 5º | Idezio Antonio Mazocco | 2.573.894 | 2.547.747 | 2.350.586 |
| 6º | Itacir Rabaiolli | 2.556.094 | 2.496.056 | 2.336.744 |
| 7º | Itamar Luiz Marchese | 2.546.581 | 2.162.212 | 2.325.331 |
| 8º | Elton Luiz Benetti | 2.237.367 | 2.104.834 | 2.270.570 |
| 9º | Sergio Antonio Ghisleni | 1.967.291 | 2.049.329 | 2.256.474 |
| 10º | Aliceu Kogler | 1.815.624 | 2.007.802 | 2.248.132 |
| 11º | Antonio Carlos Bonato | 1.725.460 | 1.750.199 | 2.189.707 |
| 12º | Ernesto José Pierdoná | 1.637.252 | 1.726.841 | 2.153.156 |
| 13º | Adolfo Gallert | 1.570.215 | 1.702.705 | 1.916.816 |
| 14º | Luiz Carlos da Silva | 1.499.349 | 1.549.641 | 1.909.733 |
| 15º | José Carlos Muller | 1.465.348 | 1.515.221 | 1.902.350 |
| 16º | Aldo Tomé Marchese | 1.411.768 | 1.393.045 | 1.787.416 |
| 17º | Tomaz Fernando de Bastos | 1.367.778 | 1.382.633 | 1.684.624 |
| 18º | Leonardo Pedro Muller | 1.261.596 | 1.359.564 | 1.668.406 |
| 19º | Julio César Marchese | 1.224.466 | 1.355.863 | 1.648.371 |
| 20º | Clovis Ricardo Galvagni | 1.192.499 | 1.350.307 | 1.593.288 |
| 21º | Losuir Zuffo | 1.185.854 | 1.307.977 | 1.580.337 |
| 22º | Roque Afonso Desconzi | 1.179.150 | 1.293.408 | 1.554.265 |
| 23º | Luiz Carlos Galvagni | 1.109.691 | 1.245.697 | 1.449.332 |
| 24º | Fabício de Castro Vidal | 1.061.151 | 1.235.281 | 1.427.332 |
| 25º | Bruno Albino Saifert | 1.043.779 | 1.222.623 | 1.341.046 |
| 26º | Milton Luiz Saifert | 1.014.263 | 1.202.686 | 1.275.682 |
| 27º | João Alberto Muller | 993.432 | 1.039.273 | 1.245.735 |
| 28º | Flávio João Pierdoná | 937.088 | 1.015.961 | 1.242.502 |
| 29º | Manoel Antonio de Carvalho Filho | 930.913 | 984.374 | 1.235.209 |
| 30º | Etelvino Artifon | 915.229 | 953.219 | 1.203.910 |
| 31º | Anselmo Nadir Marchese | 827.662 | 920.613 | 1.162.890 |
| 32º | João Edgard Ribeiro de Carvalho | 787.892 | 919.521 | 1.135.739 |
| 33º | José Olário Rodrigues | 767.660 | 909.075 | 1.071.073 |
| 34º | Achilles Artifon | 761.311 | 905.459 | 1.026.561 |
| 35º | Eduardo Botelho de Bastos | 742.522 | 801.717 | 969.385 |
| 36º | Nilson Saifert | 706.443 | 796.949 | 891.772 |
| 37º | Sigmar Germano Germendorff | 699.009 | 763.788 | 884.253 |
| 38º | Gerson Luiz Benetti | 688.902 | 761.034 | 852.184 |
| 39º | Ademir Zuffo | 619.072 | 755.917 | 765.381 |
| 40º | James Carlos Nardi | 612.058 | 716.114 | 760.328 |
| 41º | Juliano Beust Guimaraes | 585.719 | 671.875 | 705.181 |
| 42º | Elton Armin Germendorff | 583.875 | 623.792 | 701.088 |
| 43º | Altair Lavall | 568.497 | 616.132 | 679.271 |
| 44º | Heliomar Antonio Beffart Machado | 518.887 | 613.931 | 623.296 |
| 45º | Onorino Regalin | 506.719 | 613.401 | 546.286 |
| 46º | Celson Kogler | 482.237 | 601.256 | 542.333 |
| 47º | Edson Luiz Marchese | 447.980 | 557.893 | 531.778 |
| 48º | Fabiano Marchese | 439.738 | 443.762 | 524.668 |
| 49º | Leonardo Nanetti de Carvalho | 277.256 | 420.394 | 167.075 |
| 50º | Alexandre Frederico Marchese | 277.084 | 358.123 | 73.456 |
| 51º | Antonio Pena Teixeira | 250.536 | 34.080 | 46.320 |
| 52º | Pedro Seibel | 248.285 | 31.800 | 22.800 |
| | TOTAL | 62.597.397 | 66.907.825 | 72.778.169 |